

Boletim

ENCCLA

Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro

Nº 15 – Junho/2015

Em 8 de junho, reuniu-se o Grupo de Gestão Integrada – GGI/Enccla, quando foram apresentados os resultados parciais e o andamento das Ações da Enccla 2015.

Dentre elas, vale destacar as conquistas relacionadas à Ação 8 – *Identificar os diferentes arranjos legais e tipos de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior, visando aprimorar a coleta das informações de seus beneficiários finais (continuação da Ação 3/2014)*. A Receita Federal do Brasil informa que foram criadas novas qualificações para os eventos de inclusão/alteração do Quadro de Sócios e Administradores (QSA) das entidades domiciliadas no exterior. A *qualificação 69 - Beneficiário Final* no QSA foi criada para atender a deliberações da Enccla, no intuito de identificar o Beneficiário Final das entidades domiciliadas no exterior. Por enquanto, a informação é declaratória, ou seja, alguém com poderes de representar a entidade informa quem é o Beneficiário Final. Veja mais detalhes sobre a essa iniciativa nas matérias deste boletim.

Outra ação que já apresentou resultado foi a Ação 4, coordenada pela CGU (*Estabelecer estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei nº 12.527/2011, em relação à transparência ativa e passiva*). Foi desenvolvido um formulário para avaliar a implementação da Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, quanto à transparência ativa e passiva. O instrumento conta com métrica onde cada quesito é avaliado conforme sua relevância. Por exemplo, a divulgação da remuneração individualizada por nome do agente público; das diárias e passagens; a possibilidade do cidadão enviar pedidos de informação por meio eletrônico e fazer o acompanhamento de sua solicitação, são itens que tem peso significativo na avaliação.

O Ministério Público Federal aplicará o formulário nos estados e municípios brasileiros. O ranking do Estado do Rio de Janeiro já foi divulgado em 27 de maio, data em que a Lei Complementar nº 131/2009, completou seis anos. Os municípios que não estiverem cumprindo as orientações terão 60 dias para fazer adequações e, caso não atendam a recomendação, poderão, ao final do processo, ter recomendada a suspensão de repasses federais, além dos gestores responderem civil e criminalmente. O trabalho da Ação 4 tem trazido relevantes contribuições para a implantação das ações de transparência nos estados e municípios brasileiros.

Por fim, na reunião do GGI houve o lançamento da Consulta Pública sobre Medidas Anticorrupção – Processos Judiciais e Administrativos, resultado do Grupo de Trabalho instituído pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 1/2015 firmado entre Conselho Nacional de Justiça, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério da Justiça, Advocacia-Geral da União, Controladoria-Geral da União e Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, visando à proposição de medidas para agilização de processos judiciais, procedimentos administrativos e demais procedimentos apuratórios, relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público. A plataforma digital, desenvolvida pela Secretaria de Assuntos Legislativos, aos moldes da consulta pública do Marco Civil da Internet, irá receber as propostas da sociedade até 8 de julho. Participem e enviem propostas. Link: <http://participacao.mj.gov.br/anticorrupcao/>

Curtas

Calendário de reuniões da ENCCLA

10/jun - 2ª Reunião da Ação 6. Coordenador: TCU. Participam: ADPF, AGU, Ajufe, AGU, Anape, Atricon, CADE, CGU, CVM, DPF, GNCOC, MD, MPF, MPRS, Rede Lab, RFB e STC-DF. Local: TCU, 14h30.

10/jun - 3ª Reunião da Ação 15. Coordenador: CNJ. Participam: CNMP, Ajufe, AMB, CJF, CGU, GNCOC, Concpc, DPF, TCU, PCRS, PCSP, PCSC e SLTI/MPOG. Local: DRCI, 14h30.

11/jun - 2ª Reunião da Ação 13. Coordenador: DPF e MPF. Participam: Ajufe, ANPR, Bacen, COAF, Concpc, CVM, DREI/SMPE, PCRS e RFB. Local: DRCI, 14h30.

18/jun - 3ª Reunião da Ação 8. Coordenador: RFB e CVM. Participam: AGU, Ajufe, Bacen, BB, Caixa, DPF, Febraban, MPF, MRE, PGFN e Susep. Local: Banco do Brasil, 14h30.

18/jun - 2ª Reunião da Ação 12. Coordenador: DREI/SMPE. Participam: AGU, Ajufe, Bacen, CADE, CGU, CNMP, Febraban, FoccoSP, MPPI, MPPB, MPS, MPRS, MPSP, RFB, Susep e TCU. Local: DREI, 9h30.

24/jun - 1ª Reunião da Ação 15. Coordenador: CNJ. Participam: Ajufe, AMB, CJF, CNMP, CGU, Concpc, DPF, GNCOC, PCRS, PCSP, PCSC, SLTI/MPOG, TCU. Local: DRCI, 9h.

26/jun - 1ª Reunião da Ação 14. Coordenador: DRCI/MJ. Participam: Membros do GGI, Ajufe, AGU e Anape. Local: DRCI, 9h30.

Ações Enccla 2015

Matérias

RFB – Receita Federal do Brasil

Receita Federal inclui beneficiário final no Quadro de Sócios e Administradores (QSA)

A qualificação 69 - Beneficiário Final foi criada para atender a deliberações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) no intuito de identificar o Beneficiário Final das entidades domiciliadas no exterior

A Receita Federal do Brasil (RFB) informa que foram criadas novas qualificações para os eventos de inclusão/alteração de Quadro de Sócios e Administradores (QSA) das entidades domiciliadas no exterior - EDEX: **69 – Beneficiário Final**, **70 - Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior**, **71 - Conselheiro de Administração Residente ou Domiciliado no Exterior**, **72 - Diretor Residente ou Domiciliado no Exterior**, **73 - Presidente Residente ou Domiciliado no Exterior**, **74 - Sócio-**

Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior e 75 - Fundador Residente ou Domiciliado no Exterior. Qualificações já estão na aba 'Ajuda' dos aplicativos PGM e Coleta-Web.

O QSA será preenchido de acordo com o ato constitutivo ou certidão de inteiro teor dentro das novas qualificações (que não exigem preenchimento do campo CPF/CNPJ) ou das já existentes: 05 – Administrador, 08 – Conselheiro de Administração, 10 – Diretor, 16 – Presidente, 22 – Sócio, 37 – Sócio Pessoa Jurídica Domiciliada no Exterior, 38 - Sócio Pessoa Física Residente ou Domiciliada no Exterior, 49 – Sócio Administrador, 54 – Fundador.

Identificação do Sócio/Administrador

Natureza do Evento - *Obrigatório* Data do Evento do Sócio
Entrada de sócio/administrador

Nome (pessoa física) / Nome Empresarial (pessoa jurídica)

CPF/CNPJ do Sócio/Administrador

NIF
 Não Disponível

Participação no Capital Social Total

País


Qualificação do Sócio/Administrador

- 5 Administrador
- 8 Conselheiro de Administração
- 10 Diretor
- 16 Presidente
- 22 Sócio
- 37 Sócio Pessoa Jurídica Domiciliado no Exterior
- 38 Sócio Pessoa Física Residente no Exterior
- 49 Sócio-Administrador
- 54 Fundador
- 69 Beneficiário Final
- 70 Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior
- 71 Conselheiro de Administração Residente ou Domiciliado no Exterior
- 72 Diretor Residente ou Domiciliado no Exterior
- 73 Presidente Residente ou Domiciliado no Exterior
- 74 Sócio-Administrador Residente ou Domiciliado no Exterior
- 75 Fundador Residente ou Domiciliado no Exterior

A qualificação 69 - *Beneficiário Final* foi criada para atender a deliberações da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA) no intuito de identificar o Beneficiário Final das entidades domiciliadas no exterior.

Por enquanto, a informação do Beneficiário Final é declaratória, ou seja, alguém com poderes de representar a entidade informa quem é o Beneficiário Final. No âmbito da Ação 8 da ENCCLA 2015, estudam-se formas de aprimorar o resultado alcançado pela Ação 3 da ENCCLA 2014 (inclusão de campo declaratório e obrigatório relativo ao beneficiário final de pessoas jurídicas domiciliadas no exterior no formulário do Quadro de Sócios e Administradores – QSA), levando-se em consideração os diferentes tipos de pessoas jurídicas e arranjos legais existentes no mundo.

De acordo com as regras de preenchimento do QSA, deverá ser informado pelo menos um sócio com qualificação 69 - Beneficiário Final e outro sócio com qualificação qualquer (normalmente a qualificação 70 'administrador residente ou domiciliado no exterior' que é o outorgante dos poderes ao procurador no Brasil). Caso o procurador não queira identificar o Beneficiário Final, deve ser assinalada a opção 'Informação de Sócio não disponível' na natureza do evento Entrada de sócio/administrador, qualificação 69 - Beneficiário Final, neste caso, o QSA da entidade no sistema apresentará um 'Beneficiário Final não informado'.

Identificação do Sócio/Administrador	
Natureza do Evento - <i>Obrigatório</i>	Data do Evento do Sócio
Entrada de sócio/administrador	
Nome (pessoa física) / Nome Empresarial (pessoa jurídica)	
CPF/CNPJ do Sócio/Administrador	Qualificação do Sócio/Administrador
	69 Beneficiário Final
NIF	<input checked="" type="checkbox"/> Não Disponível  <input checked="" type="checkbox"/> Informação de Sócio não disponível
Participação no Capital Social Total	Valor da Participação no Capital Social
%	R\$
País	
<input type="button" value="Ir para lista de QSA"/> <input type="button" value="Dados do Representante Legal"/>	

Um Grupo de Trabalho Nacional está sendo criado, no âmbito da RFB, para gerenciar os atos cadastrais das entidades domiciliadas no exterior. Portanto, todos os atos cadastrais de EDEX passarão a ser deferidos por esse Grupo para o qual deverão ser encaminhadas todas as solicitações, independente da jurisdição do procurador. A forma como esse procedimento será realizado será disciplinada em normativos internos da Receita, o que está em fase final de confecção.

MJ -Ministério da Justiça

Consulta pública na internet recebe propostas da sociedade para combate à corrupção

08/06/2015 - A participação popular tem se tornado um importante instrumento para o Governo Federal na construção de políticas públicas. Depois do sucesso da plataforma digital que ajudou a construir o Marco Civil da Internet e debateu os Dados Abertos, agora é a vez do governo pedir ajuda à sociedade para encontrar novas medidas de combate à corrupção e impunidade.

Clique e ouça o áudio da entrevista coletiva

De hoje até 8 de julho, fica disponível na internet uma página que irá receber propostas voltadas à prevenção e ao enfrentamento da corrupção. Qualquer pessoa pode participar sugerindo medidas relacionadas à eficiência e eficácia de processos judiciais e administrativos. Basta acessar a plataforma digital do Pensando Direito, do Ministério da Justiça, no endereço <http://participacao.mj.gov.br/anticorruptcao/>, fazer um cadastro rápido – com nome e endereço eletrônico –, e começar a navegar.

Em coletiva de imprensa após o lançamento da consulta pública, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, salientou a importância desse diálogo para aperfeiçoar as regras de processo judicial e processo administrativo sobre combate à corrupção. "Estamos vivendo uma época em que a elaboração de projetos de lei não podem ignorar a necessidade de que a sociedade possa manifestar a sua opinião". O ministro ressaltou que o propósito das discussões é o de buscar alternativas que atendam a demanda por "agilidade, eficiência, transparência e garantia do Estado de Direito através de assegurar o amplo direito ao contraditório e à ampla defesa", afirmou.

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Simão, lembrou a necessidade da atuação integrada entre as instituições e a sociedade. "Por isso, precisamos ter um plano tático

operacional adequado e que possa combater de forma exemplar a corrupção”. Conforme disse Simão, a integração será decisiva para “a melhoria do ambiente de controle dos órgãos e para o estímulo às empresas que fazem negócio com o poder público para a adoção de programas de compliance e integridade nas relações delas com o Estado”.

Eixos temáticos

A consulta pública apresenta seis eixos temáticos. São eles: 1. Dados, estatísticas e monitoramento; 2. Processos Judiciais e Administrativos; 2.1. Foro por prerrogativa de função; 2.2. Sistemática recursal no processo penal e prazo prescricional; 2.3. Instrumentos de atuação prioritária em processos de corrupção; 2.4. Precedentes administrativos e exaurimento da via administrativa; 3. Recuperação de Ativos; 4. Integração e articulação entre órgãos; 5. Criação de estruturas internas especializadas no enfrentamento da corrupção; e 6. Lei de Improbidade Administrativa.

É dentro de cada um desses eixos que os participantes podem contribuir com novas ideias e sugestões. “Pretendemos ouvir especialistas, estudantes, professores, técnicos, todos que queiram se manifestar”, destacou o secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, que coordena o Grupo de Trabalho (GT) criado em março pela presidenta Dilma Rousseff para tratar do assunto.

A consulta pública é mais uma ação do GT, que já realizou audiências públicas em quatro capitais do País e ouviu dezenas de entidades sociais do setor público e privado por meio do Fórum de Colaboradores. O lançamento aconteceu durante reunião do Gabinete de Gestão Integrada (GGI) da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que reúne representantes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário.

O GT foi formado a partir da assinatura de acordo de cooperação, em 25 de março, entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Ministério da Justiça (MJ), a Controladoria-Geral da União (CGU), a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Ministério da Justiça
facebook.com/JusticaGovBr
flickr.com/JusticaGovbr
www.justica.gov.br
imprensa@mj.gov.br
(61) 2025-3135/3315/3928

MPF – Ministério Público Federal

Ranking estadual de transparência é divulgado pelo MPF

Municípios de Niterói e Queimados lideram a lista dos mais bem avaliados

27/05/2015 - O Ministério Público Federal (MPF) no Rio de Janeiro divulgou nesta quarta-feira, dia 27 de maio, o ranking estadual de transparência, em evento realizado na sede da Procuradoria da República do Rio de Janeiro (PR/RJ). Diversos procuradores da República que participaram da elaboração do ranking, representantes da Controladoria Geral da União (CGU) e gestores de prefeituras e órgãos de governo estiveram presentes.

O evento foi aberto pelo procurador-chefe da PR/RJ Lauro Coelho Junior, que destacou a importância da transparência para o exercício da cidadania: "não há como falar em participação popular sem se falar em transparência na administração pública". O chefe da CGU no Rio de

Janeiro Fabio Valgas também compôs a mesa inicial e ressaltou o direito de acesso a informação e a "responsabilidade do gestor em disponibilizá-la de forma clara e correta".

O ranking estadual de transparência avalia os portais e ferramentas de comunicação usadas por órgãos do Governo do Estado do Rio de Janeiro e das 92 prefeituras do Estado. Os critérios para avaliação foram estabelecidos pela ação nº 4 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), que criou um checklist para aferir o cumprimento das Leis de Transparência pelos entes federativos. A divulgação foi feita pelo procurador da República, que coordenou a elaboração do ranking, Eduardo El-Hage.

Os municípios mais bem avaliados foram Niterói e Queimados, que atingiram nota 7,6, numa escala de 0 a 10. Os piores municípios foram São Sebastião do Alto-RJ, Aperibé-RJ e Tanguá-RJ que ficaram com nota zero. O Governo do Estado do Rio de Janeiro ficou em terceiro lugar, com nota 6,6 e a prefeitura da capital ocupou a quarta posição, com nota 6,5.

Confira aqui a colocação de todos os municípios.

Eduardo El-Hage destacou que "a intenção do MPF é, num primeiro momento, tentar solucionar as irregularidades de forma extra-judicial por meio de recomendações. Expirado o prazo, no entanto, faremos uma segunda avaliação e, caso persistam os problemas, iremos ingressar com ações civis públicas de forma coordenada em todo o Estado".

O procurador da República Sérgio Luiz Pinel, coordenador do Núcleo de Combate à Corrupção, também participou do evento e ressaltou que a iniciativa do MPF, está vinculada à atuação da Câmara temática voltada para o combate à corrupção. Para o procurador, "em matéria de combate à corrupção, a transparência nas atividades estatais é o meio mais eficiente de prevenção, sendo indesculpável que, transcorridos tantos anos desde o esgotamento do prazo para que os entes federativos atendam o disposto na lei, vários municípios não cumpram as disposições legais".

Os critérios de pontuação foram apresentados pelo procurador da República Flávio Reis, que ficou responsável pela avaliação dos municípios de Macaé, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu e Rio das Ostras. "As prefeituras foram avaliadas em 14 itens, a partir dos índices de transparência ativa, transparência passiva e boas práticas de transparência". Cada questão possuía uma pontuação de acordo com a sua importância, cuja definição também se deu no bojo dos debates que foram travados na ENCCLA entre representantes do Ministério Público Federal (MPF), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Controladoria Geral da União (CGU), Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria do Tesouro Nacional (STN), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON), entre outros órgãos.

O procurador da República em São Gonçalo Thiago Simão Miller apresentou as ações que serão adotadas após a análise do ranking: "as administrações que cumpriram as recomendações terão os procedimentos arquivados, as que cumpriram parcialmente ou que não cumpriram poderão responder judicialmente, por meio de ação civil pública para cumprir os itens em desconformidade ou, até mesmo, responder por ato de improbidade administrativa".

A importância das ações de transparência para construção de uma democracia, de fato, com participação popular, foi destacada por todos os participantes. "A possibilidade do cidadão saber que aquele político que ele elegeu está aplicando os recursos nos projetos que fazem parte do seu programa de governo é fundamental para que a gente alcance uma democracia participativa, e não, apenas, a democracia formal de comparecimento às urnas", defendeu o procurador da República em Campos dos Goytacazes, Stanley Valeriano da Silva.

A divulgação do ranking ocorreu no dia em que a Lei Complementar nº 131/2009, que instituiu a obrigatoriedade de todos entes federativos divulgarem em tempo real informações orçamentárias na internet, completa 6 anos. A escolha da data foi estratégica e serviu, também, para a

Controladoria Geral União (CGU) apresentar o Programa Brasil Transparente, que visa apoiar estados e municípios a implementar as ações de transparência determinadas pela legislação.

O Coordenador do Núcleo de Ações de Prevenção e Ouvidoria da CGU Marcelo Paluma defendeu que a transparência na gestão deve ser prioridade de administradores públicos. De acordo com Paluma, "a parceria com a CGU já ocorreu em 33 municípios do Rio de Janeiro, garantiu a capacitação de 732 servidores públicos, e a implementação do e-SIC (Serviço de Informação ao Cidadão) em 2 cidades".

Giovana Victor, secretária de planejamento de Niterói, município que atingiu o primeiro lugar no ranking ao lado da cidade de Queimados, agradeceu a parceria com a CGU e o MPF e ressaltou o valor institucional da regulamentação: "a lei ajuda a institucionalizar as práticas de transparência na gestão e a mudar a cultura da administração pública; e isso só é possível com parcerias técnicas e financeiras, como fizemos".

*Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
Tels.: (21) 3971-9488/9460*

CGU – Controladoria Geral da União

Acordo de cooperação entre CGU e OSB amplia ações de combate à corrupção no país

Parceria fortalecerá a divulgação de iniciativas como Concurso de Desenho e Redação, Brasil Transparente e Um por Todos

26/05/2015 - A Controladoria-Geral da União (CGU) firmou acordo de cooperação com o Observatório Social do Brasil (OSB) para fortalecer ações de transparência pública, combate à corrupção e controle social em todo o Brasil. A iniciativa aprimora o compartilhamento de conhecimentos entre as duas instituições e envolve a realização de atividades como seminários, congressos, campanhas e capacitações sobre os temas.

Uma das metas do acordo é o auxílio na divulgação do programa “*Um por todos e todos por um! Pela ética e cidadania*”, a fim de incrementar o número de entes e instituições participantes. O programa tem como objetivo disseminar entre crianças valores relacionados à participação social, à democracia, ao respeito à diversidade e à responsabilidade pelo bem-estar coletivo.

A parceria prevê também o monitoramento participativo e frequente da sociedade no avanço da transparência pela Controladoria, enquanto o Observatório auxiliará na divulgação do direito de acesso à informação pela sociedade. A ação visa incrementar o programa Brasil Transparente, que auxilia estados e municípios na implementação da Lei de Acesso à Informação.

Concurso de Desenho e Redação

O acordo também fortalecerá a divulgação do Concurso de Desenho e Redação, iniciativa da Controladoria voltada à educação cidadã. A 7ª edição do concurso tem como tema “Pequenas corrupções: diga não”. O objetivo é despertar nos estudantes o interesse por assuntos relacionados à ética e à cidadania. A OSB já produziu dois spots de rádio para difundir o concurso no país: um direcionado a professores e outro a alunos. Escute e faça o download abaixo:

- 1 - Spot Aluno: Download do áudio - MP3 | 831 KB
- 2 - Spot Professor: Download do áudio - MP3 | 965 KB

O concurso é voltado a estudantes de escolas públicas e privadas do país e as inscrições estão abertas até 30 de junho. As instituições interessadas em participar devem acessar o Portalzinho da Criança Cidadã, onde estão disponíveis o regulamento do concurso, formulários de participação e outras informações sobre a programação e premiação.

Na categoria “desenho”, poderão participar alunos do Ensino Fundamental I. Enquanto na categoria “redação”, poderão participar alunos do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, incluindo alunos matriculados na modalidade jovens e adultos (EJA).

Assessoria de Comunicação Social – CGU

CGU – Controladoria Geral da União

Lei Anticorrupção é tema de encontro no Rio de Janeiro

20/05/2015- Nesta quinta-feira (21), a Controladoria-Geral da União (CGU) participa do 2º encontro sobre a Lei nº 12.846/2013, promovido pela Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais (CNseg). Os interessados devem se inscrever no site da CNseg e as vagas são limitadas.

O seminário reúne profissionais de seguro, do direito e da academia e conta com a participação do Corregedor Setorial das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Pesca e Aquicultura da CGU, Antonio Carlos Vasconcellos Nóbrega. O encontro ocorre no Rio de Janeiro, no Auditório da Escola Nacional de Seguros, das 13h às 18h30.

A Lei nº 12.846/2013, também conhecida como Lei Anticorrupção, dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública. O evento realizará debates sobre o alcance e reflexos da norma e sua recente regulamentação.

Assessoria de Comunicação Social – CGU

CGU – Controladoria Geral da União

CGU participa das comemorações dos dez anos do Fórum de Combate à Corrupção na Paraíba

19/05/2015- A Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União, Patrícia Souto Audi, proferirá palestra sobre “Lei Anticorrupção” durante o Seminário Nacional sobre Cooperação para a Prevenção e o Combate à Corrupção, no dia 21 de maio, evento que marcará a passagem dos dez anos de existência do Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (Focco-PB).

A Regional da CGU na Paraíba (CGU-Regional/PB) é um dos órgãos integrantes do Focco Paraibano, tendo inclusive participado da sua criação em 2005. O Seminário Nacional sobre Cooperação para a Prevenção e o Combate à Corrupção, será realizado entre 20 e 21 de maio. De acordo com o coordenador do Fórum, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, André Carlo Torres, palestrante da noite de abertura, as atividades terão início às 19h do dia 20, com a palestra do Procurador da República e membro do Conselho Nacional do Ministério Público, Fábio George Cruz da Nóbrega.

O seminário será aberto ao público e acontecerá no Centro Cultural Ariano Suassuna, na sede do Tribunal de Contas do Estado, com o apoio do presidente do TCE, Arthur Cunha Lima. A programação prevê discussões técnicas direcionadas especificamente aos órgãos de controle, oficinas, minicursos e a apresentação de experiências sobre práticas de transparência. Também será lançado um selo comemorativo. “A ideia é conquistar o engajamento dos cidadãos nas ações de combate à corrupção”, acrescenta o conselheiro André Carlos.

Programação

Na palestra de abertura o procurador Fábio George Cruz abordará o tema “Cooperação para a Prevenção e o Combate à Corrupção”. Já o conselheiro André Carlo falará sobre o tema “Transparência Pública nas Prefeituras da Paraíba”. Um debate encerrará as atividades do primeiro dia de seminário.

Na manhã do dia 21 os trabalhos prosseguem com a palestra sobre “Lei Anticorrupção”, a ser proferida pela Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU, Patrícia Audi, seguindo com oficinas, workshop, minicursos e reuniões técnicas dos órgãos de controle (Focco/PB, Focco/PE, Focco/AL e Enccla). À tarde, com início previsto para as 14h, os participantes assistem palestra da Diretora Executiva da Rede de Observatórios Social do Brasil, Roni Enara Rodrigues, que discorrerá sobre o tema “Qualidade da Aplicação dos Recursos Públicos.”

As atividades continuam com reuniões técnicas sobre a Lei Anticorrupção, envolvendo as participações do Focco/GO e Focco/SP. A Rede de Controle (MS) abordará os controles internos, enquanto que a Rede de Controle do MT levará experiências em obras públicas. Defesa Civil e Cidadania serão temas levantados pela Rede de Controle do Rio de Janeiro e Marcco (RN), respectivamente.

O Vice-Reitor da Universidade Federal da Paraíba, professor Eduardo Ramalho Rabenhorst inicia o terceiro dia do evento com uma palestra sobre “Democracia e Corrupção”. Seguem as oficinas, workshop e minicursos, além de reunião técnica entre os órgãos de controle. Haverá uma palestra do Secretário Geral do TCU, Rainério Rodrigues Leite, que falará sobre “O TCU e a Rede de Controle.”

O último palestrante será o doutorando e professor da Unifal-MG, Antônio Carlos Ribeiro, que abordará o assunto “Temas, debates e desafios dos Fóruns de Combate à Corrupção (Focco) em três Estados do Nordeste”. A programação será encerrada com a discussão sobre propostas do Seminário para uma maior interação nacional.

Assessoria de Comunicação Social – CGU

CGU – Controladoria Geral da União

Experiência brasileira de combate à corrupção é discutida em painel do Fórum Econômico Mundial

Os temas abordados na ocasião foram a Lei de Acesso e a Lei Anticorrupção

14/05/2015 _ O Corregedor-Geral da União, Waldir João, participou, no dia 8 de maio, de reunião regional da América Latina do Fórum Econômico Mundial (World Economic Forum), no México. O objetivo do encontro foi discutir os principais desafios enfrentados pela região nas áreas de tecnologia, integridade, pobreza, economia, saúde, educação, entre outros.

Em painel intitulado “Questão de Integridade”, o corregedor contou o que o Brasil tem feito para combater a corrupção. Para ele, “o país tem evoluído bastante nos últimos anos, com a criação de instrumentos jurídicos como a Lei de Acesso à Informação, a Lei de Conflito de Interesses e a Lei Anticorrupção”. Waldir deu, ainda, alguns exemplos do setor público e de ações tomadas pelo governo.

Além disso, o corregedor ressaltou o desafio brasileiro de fazer as instituições de controle e de defesa do governo trabalharem em conjunto. “Os órgãos e entidades são autônomos, mas devem trabalhar integrados”, pontuou. No caso da Controladoria-Geral da União (CGU), Waldir destacou os três pilares de atuação do órgão: prevenção, auditoria e punição.

Sobre a Lei Anticorrupção, Waldir frisou que a legislação traz muitos benefícios à sociedade. Segundo ele, a norma dá maior estabilidade ao ambiente econômico, ao dar igualdade de atuação para as empresas. “Nosso desafio agora é fazer a lei acontecer, torná-la efetiva”, afirmou o corregedor.

O painel também envolveu mais quatro convidados internacionais, que discutiram sobre temas como o custo real da corrupção, novos modelos de responsabilidade compartilhada, estratégias bem-sucedidas de combate a ilícitos, normas globais e padrões de integridade.

O Fórum Econômico Mundial é uma organização internacional sem fins lucrativos que reúne autoridades, líderes empresariais e intelectuais, com o objetivo de discutir os principais desafios enfrentados pelo mundo. A reunião ocorreu entre os dias 6 e 8 de maio, em Riviera Maya, no México.

CGU – Controladoria Geral da União

CGU integra Grupo de Trabalho de combate à corrupção coordenado pela OAB

GT busca melhorias na administração pública e também tem representantes do MJ, CNJ, CNMP e AGU

13/05/2015 - O chefe da unidade regional da Controladoria-Geral da União no Rio Grande do Sul (CGU-Regional/RS), Cláudio Moacir Marques, participou, no dia 8 de maio, da audiência pública do Grupo de Trabalho (GT) para agilização de processos judiciais e procedimentos administrativos relacionados à prática de ilícitos contra o patrimônio público. Os trabalhos do grupo são coordenados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que sediou o encontro, e também é composto por representantes do Ministério da Justiça (MJ), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e da Advocacia-Geral da União (AGU).

O objetivo do Grupo é colher propostas da sociedade civil sobre o tema. A primeira reunião sobre o tema aconteceu em São Paulo (SP), na última semana de abril. O segundo encontro, aconteceu em Recife (PE), nessa segunda-feira (11), e o último está previsto para sexta-feira (15), em Brasília.

Na abertura do evento, o secretário-geral da OAB/RS, Ricardo Breier, reforçou a necessidade de engajamento dos cidadãos ao tema. “Estamos mais uma vez reforçando nosso comprometimento e luta incansável na busca por uma administração pública de qualidade e ética. Não podemos deixar de combater a corrupção, que suga os cofres públicos e sacrifica os cidadãos”, afirmou.

O coordenador de articulação institucional do Ministério da Justiça, Roberto Biasoli, o intuito do GT, de trazer o debate aos estados. “Nós temos sessenta dias de trabalho. Após isso, iremos fazer uma consulta pública, aos moldes de como foi feita no Marco Civil da Internet, no site do Ministério da Justiça, que permitirá o encaminhamento de propostas e discussão de temas que vão sendo fechadas pelo grupo”, prosseguiu.

Propostas

Entre as propostas apresentadas durante as discussões, estão a criação de um banco de dados único entre todas as prefeituras e tribunais de contas do Brasil contendo as empresas devedoras e que respondem a processos; a instalação de varas exclusivas para o julgamento de processos de improbidade administrativa; a maior autonomia nas execuções dos tribunais de contas; a

regulamentação dos procedimentos e prazos para fornecimento de licenças; e a premiação diferenciada nas metas dos juízes quanto aos processos de improbidade.

Com Informações da OAB, seccional Rio Grande do Sul

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CNJ apresenta método para colher dados processuais sobre corrupção

15/05/2015 - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apresentou proposta de questionário que vai apurar, de forma periódica e contínua entre os tribunais, dados processuais sobre corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa. O texto foi divulgado a outras instituições que compõem a Ação 15 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), cujo objetivo é justamente criar formas de sistematizar esses dados.

A apresentação técnica da metodologia foi feita na última quarta-feira (13/5) pela representante do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ, Thamara Medeiros. Ela informou que o questionário foi elaborado segundo o código de tabelas unificadas do CNJ, que deve ser seguido pelos tribunais. Os participantes da Ação 15 terão 10 dias para apresentar sugestões.

A coleta de informações sobre corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa é parte de um grupo maior de questionários que está sendo desenvolvido pelo DPJ, o Módulo de Questionários. Esses levantamentos vão tocar em outros temas de interesse público, e ficarão ligados ao Sistema de Estatísticas do Poder Judiciário.

De acordo com a representante do CNJ na Enccla, conselheira Luiza Frischeisen, a ideia é apresentar a minuta de resolução do Módulo de Questionários ao Plenário do CNJ em meados de 2015. Uma vez aprovado o texto, os novos dados qualitativos poderão ser colhidos juntamente com aqueles para o Relatório Justiça em Números de 2016.

“Sempre temos muitos pedidos de estatísticas, mas acabamos atendendo demandas pontuais. Com esse módulo será possível ter os dados prontos”, avaliou a conselheira, que também destaca a importância mobilização das cortes. “Deve haver todo um trabalho na implantação de uma cultura perene de prestação de informações por parte dos tribunais”, concluiu.

Grupo – Criada em 2003, a Enccla articula órgãos, entidades, instituições e associações envolvidas no enfrentamento da criminalidade. Fazem parte da Estratégia mais de 60 órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, dos Ministérios Públicos e da Sociedade Civil. Os integrantes reúnem-se anualmente para elaborar e aprovar ações voltadas à prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Definida na plenária da Enccla de 2014, a Ação 15 busca “elaborar metodologia para sistematização de coleta permanente de dados dos tribunais nos casos de corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa”. A próxima reunião do grupo está marcada para o dia 10 de junho.

Além do CNJ, que coordena o grupo, participaram da reunião o Conselho Nacional do Ministério Público, a Associação dos Juízes Federais do Brasil, a Associação dos Magistrados Brasileiros, o Conselho da Justiça Federal, a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União, o Ministério da Justiça e a Polícia Civil de Santa Catarina.

Débora Zampier

Agência CNJ de Notícias

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

Grupo deve criar ranking de transparência de órgãos públicos

17/04/2015 - Integrantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) definiram nesta semana estratégias para impulsionar a divulgação de dados públicos, entre elas a criação de um ranking de transparência. Integrado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o grupo é responsável por implementar a Ação n. 4/2015, focada no cumprimento da Lei de Acesso à Informação (LAI).

O grupo criará uma lista de requisitos de transparência, que serão especialmente apurados em estados e municípios. Os resultados integrarão um banco de dados que culminará com a divulgação de um ranking. Os gestores públicos serão informados sobre os resultados e cobrados por melhorias. Caso as recomendações não sejam atendidas, o grupo avalia a estratégia de ingressar com ações judiciais pedindo a responsabilização dos envolvidos.

Para evitar que o trabalho seja pontual e incentivar uma nova cultura de transparência, os entes públicos continuarão a ser monitorados, inclusive por meio de denúncias apresentadas pelos cidadãos. “Se a sociedade não se engajar e cobrar, não adianta só nós cobrarmos”, pontuou o representante da Controladoria-Geral da União, Edward Borba, responsável por coordenar os trabalhos.

Ações – Nas próximas semanas, os integrantes da Ação 4 – que reúne Executivo, Ministério Público e Judiciário – vão se dividir em dois subgrupos. O primeiro definirá os itens da lista de requisitos, enquanto o segundo estudará saídas jurídicas visando ao cumprimento da LAI, inclusive com aval para sugerir alterações normativas. A próxima reunião geral será no dia 6 de maio.

Representante do CNJ na Enccla, a conselheira Luiza Frischeisen se comprometeu a encaminhar resoluções do Judiciário que possam auxiliar na construção da lista de requisitos de transparência. Ela lembrou que ainda há muito a ser feito. “Já temos resoluções de transparência, agora precisamos aprovar no CNJ a regulamentação do acesso à informação”, destacou.

Grupo – Formado na plenária da Enccla em 2014, o grupo de trabalho da Ação n. 4/2015 tem três objetivos principais: conhecer estratégias pontuais de monitoramento de transparência pública; propor uma estratégia nacional para garantir o cumprimento da LAI (especialmente em estados e municípios); e propor métodos de difusão de conhecimento sobre o tema.

Débora Zampier
Agência CNJ de Notícias

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

MPF lança campanha internacional de combate à corrupção

25/05/2015 - Vinte e um países unidos no combate à corrupção. Esse é o objetivo da campanha #CORRUPÇÃOÃO, realizada pelo Ministério Público Federal (MPF) em parceria com a Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (Aiamp). A ação visa ampliar o debate sobre o combate à corrupção, além de conscientizar as pessoas sobre o papel do Ministério Público no enfrentamento a este tipo de crime.

A campanha #CORRUPÇÃOÃO tem foco na internet e visa atingir, principalmente, jovens de 16 a 33 anos. A ideia é explorar as redes sociais com o uso das hashtags #CORRUPÇÃOÃO e #CORRUPCIÓNNO. A escolha do público-alvo levou em conta o potencial mobilizador da rede e da indignação dos jovens em torno do assunto.

Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, pesquisas recentes da Transparência Internacional apontam que os jovens são os mais incomodados com a corrupção. “Eles também são os mais dispostos a encarar as mudanças culturais necessárias ao enfrentamento da

corrupção”, explicou. Ele ressaltou, ainda, que esta é uma oportunidade para reforçar o papel do Ministério Público brasileiro no combate à corrupção nas esferas cível, criminal e, ainda, na recuperação de ativos.

O lançamento da campanha, que terá versões em português e espanhol, será feito em todos os países participantes. Para o sucesso e o alcance do público durante os dois meses de duração, foram criadas diferentes estratégias de engajamento. "Nosso objetivo é atrair o público para, junto ao MPF, dizer 'não' à corrupção”, reforçou a procuradora da República Anna Carolina Resende, do Centro de Comunicação Integrada (CCI).

Os Ministérios Públicos dos países que integram a Aiamp têm forte atuação no combate à corrupção. A campanha foi um compromisso de Rodrigo Janot na gestão como presidente da associação. Durante a 22ª Assembleia-Geral da Aiamp, em novembro do ano passado, no Uruguai, ele apresentou três propostas de campanha publicitária. Por unanimidade, foi escolhida a opção de declarar "não à corrupção", considerada a mais adequada em função da visibilidade e clareza da mensagem.

Engajamento – A campanha, que tem como foco a comunicação digital, contará com um hot site, uma fanpage no Facebook, conta no Twitter e banners web. Entretanto, o suporte das mídias tradicionais é fundamental para fortalecer a mensagem da campanha. Para isso, foram produzidos vídeos e spots de rádio com duração de um minuto e de 30 segundos, mobiliários urbanos, cartazes e adesivos de veículos.

Desvio de verbas – O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) afirma que a corrupção é o maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social no mundo. A entidade estima que, a cada ano, pelo menos US\$1 trilhão são gastos em subornos, enquanto cerca de US\$ 2,6 trilhões são desviados. A soma é equivalente a mais de 5% do PIB mundial.

A campanha reforça que é preciso dizer 'não' à corrupção, por menor que ela seja, em todos os lugares: em família, nas ruas, nas conversas informais. Anna Carolina reforça que o sucesso do movimento #CORRUPÇAONÃO depende da participação de todos. “É importante destacar que comportamentos simples como furar fila, falsificar carteirinhas de estudante, ou subornar um agente de trânsito, por exemplo, também são atos de corrupção. Nosso objetivo maior é mostrar que a mudança ética em favor da sociedade começa nas atitudes de cada um”, explica.

Com informações da Secom/PGR.

*Assessoria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
ascom@cnmp.mp.br
Twitter: cnmp_oficial
Facebook: cnmpoficial*

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

Conselheiro defende estratégia nacional de combate à corrupção em seminário

21/05/2015 - Criar uma estratégia nacional de combate à corrupção que envolva os órgãos públicos e a sociedade civil, ao mesmo tempo em que se reconhece que o Brasil avançou, mas ainda está longe do nível de atuação adequado, defendeu o conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) Fábio George Cruz da Nóbrega durante palestra de abertura no I Encontro dos Movimentos de Combate à Corrupção, nessa quarta-feira, 20 de maio, em João Pessoa (PB).

O seminário, promovido pelo Fórum Paraibano de Combate à Corrupção (FOCCO/PB), obteve mais de mais de 500 inscrições e contou com a presença de todos os órgãos componentes do fórum, que instalaram estandes no auditório do Centro Cultural Ariano Suassuna, no Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TC/PB), além de representações de todos os estados do País.

Durante o evento, a Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos (ECT) lançou selo comemorativo aos 10 anos do FOCCO/PB. A iniciativa, além de homenagear o movimento, marca a consolidação do fórum – idealizado e lançado na Paraíba, e que hoje já está consolidado em 23 estados. Fonte: FOCCO-PB/Ascom/TCE (Genesio Sousa)

*Assessoria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
ascom@cnmp.mp.br
Twitter: cnmp_oficial
Facebook: cnmpoficial*

CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público

Apresentada proposta de criação do Fórum Nacional de Combate à Corrupção

12/05/2015 - O conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega apresentou ao Plenário nesta terça-feira, 12/5, a proposta de criação do Fórum Nacional de Combate a Corrupção (FNCC) no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). A iniciativa visa alterar a Portaria CNMP-PRESI nº 70, de março de 2014, para incluir a instituição do Fórum.

Pela proposta, o FNCC terá como objetivos fomentar a integração das unidades do Ministério Público entre si e com as entidades da sociedade civil; promover estudos, coordenar atividades e sugerir políticas, normas e padrões para o aperfeiçoamento do Ministério Público no combate à corrupção; estabelecer a articulação institucional com outros atores do sistema de Justiça, órgãos de controle e gestores das políticas públicas nesta área; e propor medidas normativas, ações e projetos voltados ao propósito.

Ainda segundo o texto, o Fórum será coordenado por um conselheiro, designado, pelo período de um ano, pelo Plenário, e composto por representantes da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro e por membros do MP que atuem na área.

A proposta prevê, ainda, que o FNCC será vinculado à Presidência do CNMP, que providenciará estrutura física e de pessoal adequada às suas atividades.

A criação do Fórum Nacional de Combate à Corrupção foi uma demanda dos participantes do “Encontro Nacional: Combate à Corrupção e Transparência de Estados e Municípios”, realizada pelo CNMP 25 e 26 de novembro do ano passado.

*Assessoria de Comunicação Social
Conselho Nacional do Ministério Público
Fone: (61) 3315-9424
ascom@cnmp.mp.br
Twitter: cnmp_oficial
Facebook: cnmpoficial*

